



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

JÚLIA SOUZA LIMA DA SILVA

**LUTANDO CONTRA O RACISMO RELIGIOSO EM SALA DE
AULA: UMA ANÁLISE DO LIVRO “OS CANDOMBLÉS DA
BAHIA” DE EDISON CARNEIRO**

**SALVADOR
2025**

JÚLIA SOUZA LIMA DA SILVA

**LUTANDO CONTRA O RACISMO RELIGIOSO EM SALA DE
AULA: UMA ANÁLISE DO LIVRO “OS CANDOMBLÉS DA
BAHIA” DE EDISON CARNEIRO**

Pesquisa apresentada ao Curso de Especialização em História Pública da Bahia da Universidade Católica do Salvador (UCSal), a ser utilizado como diretrizes para o artigo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Prof^ª. Msc. Alessandra Carvalho da Cruz

**SALVADOR
2025**

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente primeiramente a deusa, aos deuses, ao universo e a espiritualidade por estar na matéria para concluir este trabalho, que este seja mais um início de uma trajetória que a educação irá me proporcionar.

Seguidamente agradeço aos meus pais Nete e Antônio, minha irmã Carol e minha família pela trajetória de vida que me inspirou e continua me inspirar, principalmente meu pai, quando o mesmo dizia “A gente dividia um toco de lápis para 4”, minhas primas Mika, Mai e Bruna e suas cadelinhas Haninha (que ela esteja em paz no céu dos cachorros) Luinha e Maya que era/são meu refúgio ao caos que é a nossa família às vezes, Kati que mesmo distante, sei que torce por mim. Tia Lu e Nanda por terem oferecido a casa delas inúmeras vezes para eu dormir (mesmo que nunca tenha precisado), dinda e vó Regina pelo apoio imensurável para que eu cresça profissionalmente.

A todos os meus amigos, Yas e Bia que sempre foram meu reforço e acreditam em mim e na minha potencialidade para realizar tudo o que eu quiser. Joana, Matheus, Weverton, Shirley, Wesley, Sulana e Lilia pelos momentos que eu precisava de distração durante essa trajetória acadêmica e aos amigos da graduação e que a especialização me proporcionou Jean, Thiago, Mari e Elisa.

Ao meu amor Henrique, dedico a ele este plano de aula feito com sua colaboração (todo dia mandava mensagem perguntando o que poderia ajustar e se estava bom), e pelo apoio incondicional a minha pesquisa.

A professora Alessandra por ter me apresentado Edison Carneiro ainda no terceiro semestre da graduação e por ter topado essa loucura de por um plano de aula num artigo acadêmico comigo.

LUTANDO CONTRA O RACISMO RELIGIOSO EM SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DO LIVRO “OS CANDOMBLÉS DA BAHIA” DE EDISON CARNEIRO

Julia Souza Lima da Silva

RESUMO

O Objetivo deste trabalho é analisar a potencial contribuição da obra “Candomblés da Bahia” de Edison Carneiro para desconstruirmos os estereótipos e preconceitos que sofrem as Religiões de Matriz Africana na sociedade brasileira mesmo depois de 22 anos de publicação da lei 10.639/2003. Nesse sentido, o artigo busca construir um plano de aula destacando a trajetória de mãe Aninha e outros personagens da obra como referências para um Ensino de História e uma Educação antirracista.

Palavras-chave: Candomblés. Religiões afro-brasileiras. Educação Antirracista. Ensino de história.

SUMMARY

For the scope of Bahian education in this century, it is important that the concept of “demon” imposed by society on Afro-Brazilian religions is demystified, which is why the purpose of this work aims to guarantee the applicability of law 10.639/2003 by deconstructing this stereotype using the work in question as a starting point.

Keywords: Candomblés. Afro-Brazilian religions. Basic education. Teaching history.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a história oficial brasileira privilegiou a narrativa eurocêntrica, apagando ou minimizando a contribuição dos povos africanos na formação da nossa sociedade. A criação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, insere-se em um contexto histórico e cultural marcado por lutas e debates sobre a identidade nacional, a valorização da diversidade e a luta contra o racismo.

No Brasil, a diversidade religiosa é uma característica marcante da nossa sociedade, no entanto essa pluralidade nem sempre é refletida justamente nas escolas. As religiões de matriz africana, como o Candomblé¹, muitas vezes enfrentam o racismo religioso, que se manifesta por preconceitos, discriminação e até da invisibilidade nos currículos e nas práticas pedagógicas. A promulgação dos dispositivos legais que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, é um passo importante para promover a igualdade e combater o racismo religioso no ambiente escolar.

Diante dessa situação, este artigo propõe um plano de aula com uma análise profunda e responsável da obra "Candomblés da Bahia", de Edison Carneiro, como uma ferramenta pedagógica para o ensino da história afro-religiosa na Bahia. O objetivo é contribuir para a formação de uma educação mais inclusiva e alinhada às diretrizes da Lei nº 10.639/03². A obra de Carneiro, que foi publicada pela primeira vez em 1948, apresenta uma visão bastante completa e detalhada sobre as origens, os rituais, a estrutura social e a importância cultural do Candomblé na Bahia e a trajetória feminina de Ialorixás como mãe Aninha. Quando pensamos no potencial educativo desse livro, podemos perceber como ele ajuda a esclarecer conceitos, combater estereótipos, valorizar o patrimônio afro-religioso e promover uma maior compreensão e respeito pela diversidade religiosa em sala de aula.

Este artigo é importante porque destaca a urgência de combater o racismo religioso, uma forma de violência que afeta profundamente a vida de muitas pessoas e comunidades, mantendo desigualdades. Dentro das escolas, o silêncio ou a abordagem superficial das religiões de matriz africana ajudam a perpetuar esse preconceito, dificultando que os

¹ Para Parés (2018) e Felinto (2012), A diáspora forçada de africanos para o Brasil produziu um sincretismo religioso que formou o que atualmente chamamos de Candomblé. A prática religiosa feita em África, de diferentes povos se transformou em território brasileiro, dando início a uma nova religião. "Paralelamente, podemos dizer que a contribuição de uma continuidade religiosa "afro-brasileira", o que hoje chamamos povo de Santo, é resultado do processo de reconstrução de novas instituições religiosas por essa pluralidade de fragmentos culturais", (Parés, p. 109, 2018)

² Essa Lei foi atualizada com a 11.645/2008 que incluiu a obrigatoriedade do ensino da História povos indígenas do Brasil.

estudantes entendam a riqueza e a complexidade da história e cultura afro-brasileira. A Lei nº 10.639/03 foi um avanço fundamental ao reconhecer a importância da história e cultura afro-brasileira na formação da identidade do país, além de tornar obrigatório seu ensino nas escolas. No entanto, ainda há desafios para colocar essa lei em prática de forma efetiva, como a falta de materiais didáticos adequados e a necessidade de capacitação contínua dos professores.³

Nesse cenário, a análise do livro "Candomblés da Bahia", de Edison Carneiro, “traz informações essenciais acerca da história, da cosmologia e das práticas do Candomblé na Bahia, um dos principais núcleos de difusão dessa religião no Brasil” o que muito nos interessa é destacar a trajetória política e intelectual de Mãe Aninha como Iyalorixá do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, e sua contribuição para a obra e militância de Edison Carneiro. Este artigo visa pensar possibilidades de elaboração de um plano de aula que tencione as informações do livro e histórias dessas personalidades negras como um recurso significativo para o currículo da educação básica, considerando a Lei nº 10.639/03, podendo oferecer suporte para a criação de outras estratégias pedagógicas inovadoras e para o desenvolvimento de materiais didáticos que incentivem um ensino mais equitativo e inclusivo sobre as religiões afro-brasileiras.

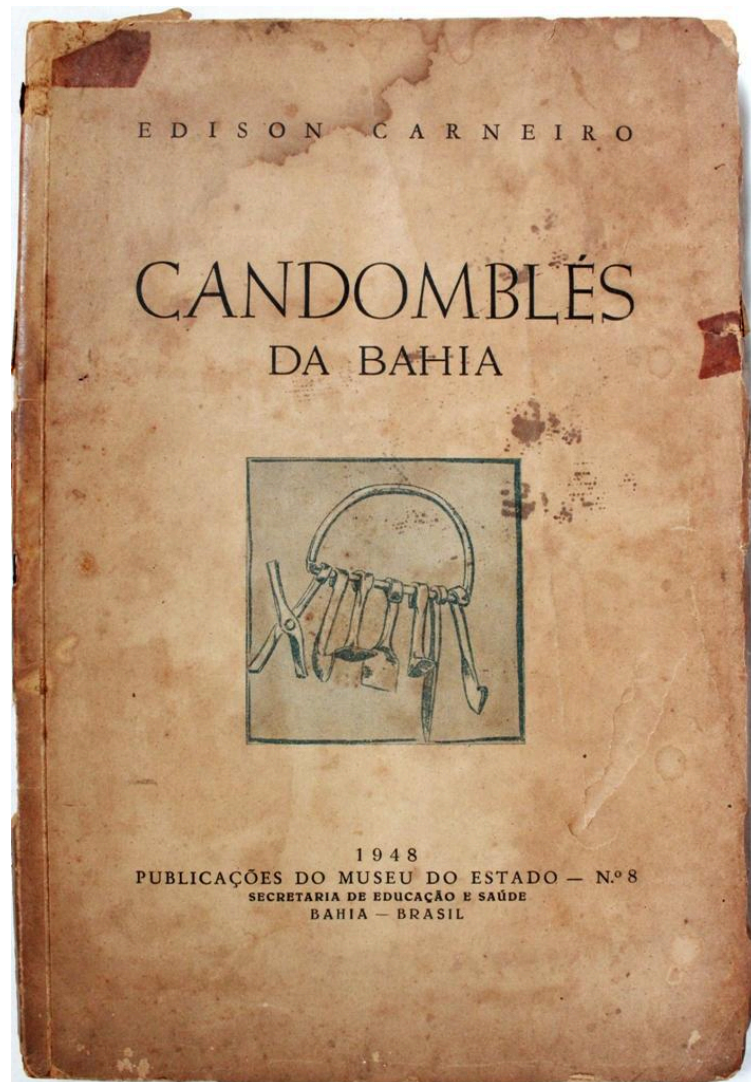
Além disso, o artigo se justifica pela necessidade de reconhecer o conhecimento gerado por autores brasileiros a respeito da cultura afro-brasileira. Edison Carneiro, um intelectual comprometido com o estudo das expressões culturais populares, apresenta uma visão interna e respeitosa sobre o Candomblé, em contraste com as abordagens eurocêntricas ou folclóricas que frequentemente aparecem em materiais didáticos.

Em resumo, este estudo revela sua importância ao sugerir o uso da obra para ser trabalhada num plano de aula na educação básica inicialmente pensado para a história local de Salvador, mas podendo ser ampliado para aulas que tenham como objetivo a luta contra o racismo religioso, que visem desmistificar as religiões afro-brasileiras empregando uma obra clássica da antropologia baiana e brasileira com destaque para a trajetória de uma Mãe de

³ Segundo OLIVA (2003), precisamos celebrar as conquistas da lei 10.639/2003 pois um dos efeitos do racismo epistêmico é a invisibilidade das histórias dos povos oprimidos no Brasil, povos originários, africanos e seus descendentes, nesse sentido, a lei 10.639/2003 não teve só efeitos práticos e técnicos, mas também um efeito de quebra neste processo de colonização mental. in: OLIVA, Anderson Ribeiro e CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. A construção de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educação antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003. Revista História Hoje. São Paulo, v. 12, nº 25, 2023.

Santo influente no período como meio para valorizar a história e a cultura afro-religiosa na Bahia. A seguir uma imagem da primeira edição da obra:

Figura 1 - Capa do livro Candomblés da Bahia, 1º Edição



Fonte: <https://albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=6089557>.

CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO DO AUTOR E DA OBRA

No contexto da Bahia nas primeiras décadas do século XX, a elite política e econômica ainda possuía toda uma herança conservadora e racista com relação à população negra do país. Ao tratar das questões religiosas nesse período, é indubitável a necessidade de analisar a obra e as pesquisas do importante autor Edison Carneiro. Vale ressaltar a relação de

aproximação existente entre este e importantes Ialorixás, detentores dos saberes ancestrais como Mãe Aninha.⁴ Carneiro, em companhia de outros importantes intelectuais, como Jorge Amado, Pinheiro Viegas, chegaram a formar, ainda antes do governo Vargas, a denominada “Academia dos Rebeldes”, grupo criado com o intuito de ressaltar as literaturas modernistas e o teor realista que as compunham, de acordo com o Movimento de 1930, além de discutir os aspectos da sociedade baiana. Por conta da militância dos componentes do grupo, sobretudo em defesa do povo e representações de religiões africanas, suas atuações muitas vezes eram vistas como casos de denúncia à polícia. Segundo Soares (2006):

A Academia dos Rebeldes abriu caminhos, como numa cerimônia do encantado, em que se abrem os trabalhos fazendo o padê de Exú para a carreira intelectual de Jorge Amado, Edison Carneiro, Sosígenes Costa, Pinheiro Viegas, Áydano do Couto Ferraz e outros que, militando no Partido Comunista Brasileiro, souberam conviver e defender a minoria que praticava o culto afro-brasileiro (Soares, 2006, p. 29).

Baseado nos objetivos da Academia, Edison Carneiro foi também, com apoio de seus colegas e dos participantes, o coordenador do 2º Congresso Afro-brasileiro ocorrido na Bahia em 1937, três anos após o primeiro. O tema central para discussão dos antropólogos e estudiosos nacionais presentes, portanto, foi a questão do negro e seus costumes socioculturais. Diante ao acontecimento do congresso, os representantes de Santo abriram os seus barracões para o público e promoveram festividades, como forma de prestígio ao seu acontecimento, que era visto como fruto de resistência para a população negra, diante de uma sociedade que almejava destruir os seus traços.

Segundo Morais (2020), “parte desses pesquisadores estavam vinculados a órgãos estatais de desenvolvimento e de implementação de políticas públicas higienistas”. Portanto, foi possível notar que, com a presença de políticos e influenciadores da época, os acontecimentos do congresso chegaram a ser noticiados em diversos jornais da Bahia (Morais, 2020, p. 2).

O autor viveu a década de 1930, década em que o país estava governado pelo presidente Getúlio Vargas, que projetava um governo e sociedade seguindo os moldes eurocêntricos introduzidos durante o período colonial; branca e cristã. Apesar de das garantias da Constituição de 1891⁵, não houve interesse do Estado Brasileiro Republicano, de

⁴ LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 201-213, 2004.

⁵ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)
Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as

garantir liberdade às Religiões e Cultos de Matriz Africana, além disso, existia a prática política que propunha um projeto de “embranquecimento” da população brasileira, onde o termo, segundo Guimarães (1995), se refere...

A idéia de "embranquecimento" foi elaborada por um orgulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfiças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório. Foi, antes de tudo, uma maneira de racionalizar os sentimentos de inferioridade racial e cultural instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX. (Guimarães, p. 37/38, 1995)

O qual se pautava em incentivos a imigração de europeus para o país, oferecendo melhores oportunidades trabalhistas para estes. Isso é evidente nas próprias palavras de Getúlio, segundo Haag (2012), que diz: “durante anos pensamos a imigração apenas em seus aspectos econômicos. É oportuno obedecer agora ao critério étnico”.

Vindo o interventor federal do então presidente da época, Getúlio Vargas para cá, Juracy Magalhães Ele não foi muito bem recebido pela elite local e oligarquias baiana que esteve no poder até 10 de novembro de 1937. Inicialmente muito rejeitado já que era um forasteiro, mas logo começou a fazer alianças, visto que era um bom articulador político. O qual ROSSI, (2011) diz:

No limite, pode-se dizer que a nomeação do tenente “estrangeiro”, tal como fora recebido o interventor Juracy Magalhães, indispsôs como um todo os grupos oligárquicos baianos, os quais, suspendendo momentaneamente suas acirradas disputas internas, tentariam ainda articular um bloco de oposição que, embora frágil, não deixava de expressar o forte “ressentimento [de uma] Bahia invadida e violada”. (Rossi, 2011)

Diante disso, vemos como as oligarquias baianas, mesmo sendo desunidas, ainda, sim, tentaram se reunir para formar uma oposição contra o então interventor. Sendo boa parte destas oligarquias Seabristas. J. J Seabra então o governador da Bahia, ainda de início quando Juracy chegou⁶. Ambos tinham uma disputa acirrada como traz novamente o autor ROSSI, (2011):

A situação social e financeira de Souza Carneiro jamais conheceu melhoras significativas. Muito pelo contrário, o seabrismo cada vez mais imoderado do professor rendeu-lhe ainda um dos mais fortes golpes sofridos em vida: o desligamento da Escola Politécnica, em 1932, ao ser “aposentado à força, sem mais nem menos, por motivos políticos”. O desligamento se deu como resultado dos esforços empreendidos pelo então recém-empossado interventor Juracy Magalhães para sufocar quaisquer pretensões de J. J. Seabra – bem como as de outras forças

disposições do direito comum.
<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10602961/artigo-72-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de1891>.

⁶ Sobre as lutas políticas entre a elite baiana ver o trabalho de SILVA, Paulo Santos. Âncoras da Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico da Bahia (1930-1940). Salvador: Edufba, 2000.

oligárquicas locais – em assumir as rédeas do processo revolucionário na Bahia, perseguindo e prendendo seus principais correligionários.(Rossi, 2011)

O parágrafo em questão trás o pai de Edison Carneiro, Antonio Joaquim de Souza Carneiro, como sendo aposentado como forma de repressão política por ser “apoiador” de J. J. Seabra. Vemos as oligarquias baianas e o povo muito apegados à coligação do Seabrismo. Por isso que Juracy tentou de todas as formas possíveis derrubar o seu rival político e, sendo um ótimo articulador, conseguiu pelas beiradas ter as oligarquias na palma de sua mão, se tornando então governador da Bahia no ano de 1931 e permaneceu no poder até o ano de 1937, mesmo ano que ocorreu o segundo congresso afro-brasileiro na Bahia, sendo o mesmo ocorrido 10 meses antes do fim de seu mandato. Então, a relação do governo de Getúlio Vargas e do seu interventor federal, Juracy Magalhães, com a população negra da Bahia foi complexa, com políticas que variaram entre inclusivas e excludentes. Onde os mesmos deixaram um legado significativo na história política brasileira e baiana, mas também enfrentaram críticas de diversos setores da sociedade, incluindo movimentos negros, devido às suas políticas e práticas que perpetuaram desigualdades raciais. Principalmente na atualidade, onde Vargas é considerado um “Ditador”.

Na mesma década, há de se destacar uma importante Ialorixá do período, então fundadora do terreiro *Ilê Axé Opô Afonjá*, conhecida como Mãe Aninha. Sabendo que esta era apoiada por um importante político, sensível a causa candomblecista, chamado Oswaldo Aranha, Santos (2014) aponta que “conseguiu que o então presidente do Brasil Getúlio Vargas, promulgasse o Decreto Presidencial 1.202/34”, o qual, segundo Claro (2021), “extingue a proibição aos cultos afro-brasileiros em 1934” e, completa que, “até sua morte, no final da década de 1930, Mãe Aninha teve importante atuação na luta” (Claro, 2021. p. 7).

Mãe Aninha sendo uma grande amiga de Carneiro, ao qual recebeu o título de Obá de Xangô pela mesma, por ser um grande defensor dos terreiros juntamente com seus amigos, como consta no artigo de Costa Lima (2004):

Carneiro também se refere à implantação do grupo dos Obás ou Ministros de Xangô, em cerimônia por ele assistida, e, ainda, à participação de Aninha no 2o Congresso Afro-Brasileiro. Carneiro conta que só às vésperas do Congresso pôde avistar-se com Aninha e como foi este encontro com a ialorixá:

No dia seguinte, domingo, fomos, pessoalmente, vê-la. A recepção excedeu a expectativa, pois em vez de uma simples mãe-de-santo que se mostrava favorável ao Congresso, encontramos uma mulher inteligente que acompanhava e compreendia os nossos propósitos, que lia os nossos estudos e amava a nossa obra. Aninha se comprometeu a escrever um trabalho sobre os quitutes trazi dos pelo negro para a Bahia. E em apenas três dias de prazo, o Opô Afonjá pôde oferecer aos

congressistas uma das mais belas noites que há memória nos fastos do candomblé da Bahia.

E continua Carneiro:

Posso dizer o mesmo do seu apoio à União das Seitas Afro-Brasileiras, fundada a 3 de agosto de 1937, com o fim especial de defender a liberdade religiosa sempre periclitante dos candomblé da Bahia.

A história contada por Carneiro vai além de simplesmente relatar acontecimentos, como a fundação do grupo dos Obás de Xangô ou a participação de Mãe Aninha no 2º Congresso Afro-Brasileiro. A obra de Édison Carneiro mostra uma mudança importante na forma como pesquisadores e comunidades de candomblé se relacionam. Ao contrário da visão exótica e apenas acadêmica que era comum nos estudos etnográficos das primeiras décadas do século XX o relato de Carneiro destaca a inteligência e o protagonismo de Mãe Aninha. Ele a apresenta não só como uma mãe-de-santo tradicional, mas como uma mulher inteligente, engajada e que entendia os objetivos dos estudiosos que pesquisavam a cultura negra. Essa relação de parceria e respeito mútuo levou a uma colaboração valiosa, como fica claro na contribuição dela para o II Congresso, com um trabalho sobre culinária, e na celebração inesquecível que ela preparou para os participantes.

Além do aspecto acadêmico e cultural, a relação entre Carneiro e Mãe Aninha também mostra o compromisso político e a união social em defesa das religiões de matriz africana. O apoio da ialorixá à União das Seitas Afro-Brasileiras, que foi criada por Édison Carneiro em 1937, é um ponto importante. Essa organização não era apenas um espaço para debates, mas um movimento de resistência, com o objetivo de proteger a liberdade religiosa dos candomblés, que enfrentavam ameaças constantes de perseguição policial. O trecho de Vivaldo da Costa Lima destaca um período em que o conhecimento sobre o candomblé e a luta por sua aceitação estavam fortemente ligados, unindo a academia e os líderes religiosos em uma causa comum.

Diante de um parágrafo do artigo de Rossi, podemos concluir um dos motivos principais que levou Carneiro a escrever a obra em questão trabalhada neste artigo “Candomblés da Bahia” que foi a sua infância e juventude voltada às questões espirituais, dando a ele a sensibilidade ao tema que foram fundamentais para moldar sua abordagem particular aos estudos afro-brasileiros:

...Ou seja, uma infância e adolescência marcadas pela convivência próxima e continuada com diferentes modos de relações com os planos místicos e extrassensíveis, que certamente ajudaram a produzir em Edison Carneiro certa

sensibilidade à temática religiosa e às formas relativizadas de apreensão dos candomblés e das crenças de matrizes africanas. (Rossi, p. 2/3, 2020)

O parágrafo em questão também sugere que Carneiro não só estudou esses fenômenos de forma teórica, mas também os vivenciou de alguma maneira ou teve contato direto com pessoas que os praticavam e entendiam profundamente do ponto de vista espiritual. Essa experiência pessoal foi um diferencial que o destaca de muitos intelectuais de sua época, que geralmente abordavam o tema com uma visão mais distante ou centrada na cultura europeia.

COMO A LEI 10.639 ABORDA O ENSINO DA HISTÓRIA AFRO-RELIGIOSA E QUAIS SÃO SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A lei 10.639 diz:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Brasil, 2003)

Depois dos 300 anos de escravização da população negra brasileira, esta lei serviu como um marco histórico de ampliação e divulgação da história e cultura africana no Brasil, onde a devida lei se fricciona como importante na educação brasileira, pois visa promover a valorização dessas heranças nas escolas brasileiras e um ano e alguns meses após a publicação da lei, o MEC (Ministério da Educação) lançou uma resolução para a mesma sendo ela a de nº 1, sendo a mesma as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, onde consta que:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (Brasil, Ministério da Educação, 2004)

Diante desse parágrafo, podemos ver refletida a imagem de um país que respeita a história de suas culturas, mas infelizmente a lei e essas diretrizes curriculares até os dias atuais (Ano de 2025), não é posta em prática por muitas escolas (em sua maioria, particulares).

Após os 20 anos da lei, foi lançado o E-book onde Teixeira, Rosario e Nunes (2024) dizem que:

..., apesar da Lei nº 10.639/2003, apontar a urgência de se implementar nas escolas a Educação da Cultura Africana e Afro- -Brasileira, e ser um importante subsídio legal para o tratamento da diversidade, nos diferentes níveis na educação, (Brasil, 2006), a temática tem sido discutida eventualmente apenas no dia 20 de novembro, quando se é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra.

Diante do exposto, podemos ressaltar que a realidade observada nas instituições de educação básica ainda se distancia do ideal. Frequentemente, a temática da cultura africana e afro-brasileira é abordada de forma superficial e pontual, limitando-se a discussões eventuais, concentradas quase que exclusivamente em 20 de novembro, data em que se celebra o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa prática esvazia o propósito da lei, transformando uma exigência curricular contínua em uma efeméride isolada, o que compromete a construção de uma compreensão aprofundada e integrada da contribuição africana para a formação do Brasil.

A autora Marle de Oliveira Macedo no livro pedagogia do Axé, expressa que passado mais de um século, as marcas e as feridas da escravidão continuam presentes na sociedade, expressas na discriminação racial e social, na violência, na Miséria urbana, na pobreza, no desemprego, na injustiça e nos “meninos de rua”. O que traz para o âmbito do racismo

religioso é algo também expresso pela falta de conhecimento e educação letrada de pessoas ignorantes ao tema.

A Lei 10.639/03 promoveu transformações significativas. Nota-se um crescimento considerável na produção acadêmica relacionada às relações étnico-raciais e à educação, além da criação de recursos didáticos e paradidáticos mais em conformidade com as orientações legais. A inserção do Dia da Consciência Negra (20 de novembro) no calendário acadêmico de diversos sistemas educacionais é um reflexo direto da visibilidade e do efeito da legislação.

Além disso, a legislação serviu como base para a implementação de outras políticas públicas e ações institucionais voltadas para a equidade. A criação de orientações curriculares nacionais e a implementação de programas de capacitação de docentes pelo Ministério da Educação (MEC) evidenciam um reconhecimento cada vez maior da relevância do tema no contexto educativo. A própria organização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao contemplar o estudo das culturas africanas e afro-brasileiras, evidencia a influência contínua da legislação.

Cinco anos após a lei 10.639/03, também veio a lei nº 11.645/08 que assim, acrescentou à legislação vigente, reconhecendo a importância de incorporar a diversidade dos povos indígenas do Brasil e mantendo a afro-brasileira no currículo escolar. Onde ambas as leis são cruciais para a formação geral do Brasil.

O PLANO DE AULA: A ANÁLISE DA OBRA “CANDOMBLÉS DA BAHIA” DE EDISON CARNEIRO E A POTÊNCIA DE GÊNERO: MÃE ANINHA NA EDUCAÇÃO BÁSICA, PARA CONTRIBUIÇÃO DA APLICAÇÃO DA LEI 10.639

Esse plano de aula consistirá em 2 aulas de duração de 50 minutos, cada, para o componente curricular de História da Bahia, sociologia ou Ensino Religioso para estudantes do fundamental 2 (8º e/ou 9º ano) ou ensino médio. O tema abordado nas aulas será: As religiões afro-brasileiras conforme a análise feita do livro enfatizando o papel da mulher negra no Candomblé e a figura de Mãe Aninha, sacerdotisa do Ilê Axé Opô Afonjá. Os recursos a serem utilizados para essas aulas serão: Quadro, projetor, computador, acesso à internet (para vídeos/imagens), cópias de trechos da análise de "Candomblés da Bahia" de Edison Carneiro, imagens de Mãe Aninha e terreiros.

Tendo como Objetivos gerais e específicos:

Gerais:

- Compreender a importância do livro "Candomblés da Bahia" de Édison Carneiro como obra seminal nos estudos afro-brasileiros.
- Analisar a relevância do Candomblé como expressão cultural e religiosa de resistência.
- Reconhecer o papel central e a potência da mulher negra na organização e manutenção dos Candomblés, com destaque para a figura de Mãe Aninha.

Específicos:

- Identificar as principais contribuições e limitações da obra de Édison Carneiro.
- Analisar o contexto histórico de marginalização e resistência das religiões afro-brasileiras.
- Discutir a hierarquia e a estrutura dos terreiros de Candomblé, evidenciando o protagonismo feminino.
- Conhecer a trajetória e o legado de Mãe Aninha como um símbolo da força e liderança feminina no Candomblé.
- Promover o respeito à diversidade religiosa e cultural.

Habilidades da BNCC contempladas:

- **(EM13CHS101)** Identificar, analisar e comparar diferentes formas de organização social, cultural e política, problematizando as desigualdades e as hierarquias presentes em diferentes sociedades.
- **(EM13CHS102)** Identificar, analisar e comparar diferentes perspectivas e abordagens sobre as relações entre indivíduo, sociedade, cultura e natureza em diversos contextos históricos e geográficos.
- **(EM13CHS202)** Analisar e avaliar os impactos das diversas manifestações culturais na constituição de identidades e na dinâmica social.
- **(EM13CHS501)** Analisar e avaliar os processos de globalização e as manifestações das diversas culturas, identidades e expressões religiosas, considerando as relações entre elas e seus impactos na contemporaneidade.
- **(EM13LGG302)** Analisar e avaliar as diferentes formas de expressão cultural, identificando as relações de poder, hierarquia e desigualdade presentes na sociedade.

Aula 1: A resistência negra e a perspectiva de Candomblé segundo Édison Carneiro

Apresentação e Contextualização (10 min): O professor Iniciará a aula perguntando aos alunos o que eles sabem sobre o Candomblé e registrar as respostas no quadro (palavras-chave, preconceitos, curiosidades). Apresentar Édison Carneiro e o livro "Candomblés da Bahia", contextualizando a época de sua publicação (meados do século XX, período de forte preconceito contra religiões afro-brasileiras) e explicar o objetivo da aula: analisar a obra e, principalmente, destacar a potência da mulher negra dentro do Candomblé.

Análise da Obra de Édison Carneiro (20 min): O docente irá distribuir trechos selecionados da análise pré-elaborada do livro, focando nos aspectos de "Pioneirismo", "Detalhe Etnográfico" e "Combate ao Preconceito". Em pequenos grupos, pedir que os alunos identifiquem as principais contribuições do livro para a compreensão do Candomblé. Debater em sala sobre o que significou ter um estudo tão aprofundado sobre o Candomblé na época.

Candomblé como Resistência Cultural (15 min): Explicar que o Candomblé não é apenas uma religião, mas um espaço de resistência cultural, preservação de línguas, rituais e identidades africanas no Brasil e após promover uma breve discussão: "Por que era importante preservar essas tradições no Brasil?" (Conectar com a história da escravidão e a tentativa de apagamento cultural). E para finalizar passar atividade para casa: Pesquisar sobre o conceito de "Matriarcado" no contexto afro-brasileiro para a próxima aula.

Aula 2: A Potência da Mulher Negra e o Legado da Mãe Aninha.

Revisão e Abertura (10 min): Retomar a discussão sobre o Candomblé como espaço de resistência. Perguntar aos alunos sobre a pesquisa de casa: "O que vocês encontraram sobre o conceito de 'matriarcado' dentro das religiões afro-brasileiras?" e registrar as ideias principais no quadro.

Protagonismo Feminino no Candomblé (20 min): Apresentar o conceito de que o Candomblé é, em sua essência, uma religião predominantemente feminina em sua liderança e organização, especialmente nas nações tradicionais e discutir a hierarquia dos terreiros a partir da perspectiva de Édison Carneiro, destacando o papel fundamental da "Mãe de Santo" (Iyalorixá) como líder espiritual, guardiã dos segredos, conselheira e figura central da comunidade. Explicar como a mulher negra, em um contexto social de dupla marginalização

(por ser mulher e por ser negra), encontrou no Candomblé um espaço de poder, autonomia e agência. Mostrar imagens de Iyalorixás, especialmente Mãe Aninha.

Mãe Aninha: Um Ícone de Potência (15 min): Apresentar a figura de Mãe Aninha (Eugênia Anna dos Santos)⁷ como um dos maiores exemplos da potência da mulher negra no Candomblé. Contextualizar sua importância:

- Fundadora do Ilê Axé Opô Afonjá (um dos terreiros mais importantes e tradicionais da Bahia).
- Sua luta pela liberdade de culto em um período de perseguição policial.
- Sua intelectualidade e sua influência na estruturação do Candomblé moderno e na valorização da cultura afro-brasileira.
- Sua relação com intelectuais como Jorge Amado, Pierre Verger, e o próprio Édison Carneiro (que a cita em sua obra).

Mostrar fotos de Mãe Aninha. Se possível, exibir um pequeno trecho de vídeo ou áudio sobre ela e discutir em roda: "Como a trajetória de Mãe Aninha exemplifica a força e a liderança da mulher negra no Brasil?"

Figura 2 - Foto de Mãe Aninha



A ialorixá Eugênia Ana dos Santos, a famosa Aninha.

⁷ Filha de africanos, Eugênia Ana dos Santos, a ialorixá Obá Biyi, nasceu em Salvador em 1869. Mais conhecida como Mãe Aninha, ela foi feita no candomblé do Engenho Velho – a casa de Mãe Nassô – fundado por volta de 1830 e o primeiro a funcionar regularmente na Bahia. Saiu de lá para formar uma nova casa, o Ilê Axé Opô Afonjá, hoje considerado Patrimônio Histórico Nacional. Para mais, acesse: <https://www.geledes.org.br/mae-aninha-ialorixa-do-ile-axe-opo-afonja/>.

Fonte:LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 201-213, 2004.

Fechamento e Reflexão (5 min): Sintetizar os pontos principais: a importância do estudo sério sobre o Candomblé, o papel de resistência da religião e, sobretudo, a centralidade e potência da mulher negra, exemplificada por Mãe Aninha, na construção e manutenção dessa fé e cultura e reforçar a importância do respeito à diversidade religiosa e o combate ao racismo e à intolerância.

A avaliação consistirá em:

- Participação em sala: Envolvimento nos debates e atividades em grupo.
- Análise dos trechos do livro: Capacidade de identificar as contribuições de Édison Carneiro.
- Respostas às questões propostas: Compreensão do papel da mulher negra e do legado de Mãe Aninha.
- Produção de um parágrafo reflexivo (opcional, como tarefa de casa): "Como a história de Mãe Aninha e o protagonismo feminino no Candomblé podem inspirar a luta por igualdade e representatividade na sociedade atual?"

Este plano de aula foi elaborado em conjunto com o professor da educação básica Henrique Soares, para uso na mesma, ressaltando a potencialidade feminina da mulher negra (Mãe Aninha) como chefe de um terreiro de Candomblé, a qual a mesma era uma grande amiga do autor cuja a obra é trabalhada numa análise para este plano de aula.

“Trata-se de resgatar para esse educando, o processo civilizatório como obra da humanidade. Processo que está impresso nos hábitos mais simples de higiene, no fato de conhecer sua própria história e origem...” (Macedo, p.57, 1993), trazendo um âmbito de resgate e reparação, proponho que o Candomblé e a cultura afro-brasileira não são meros elementos exóticos ou folclóricos, mas sim parte de toda uma população que foi escravizada e partes essenciais de um processo civilizatório da Nação brasileira e da humanidade.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que o presente artigo reforça a urgência de se combater o racismo religioso, um fenômeno que persiste e se manifesta de forma sutil, como a superficialidade no ensino sobre as religiões de matriz africana nas escolas brasileiras, ou de forma explícita, através da intolerância e do preconceito. A Lei nº 10.639/03 representa um marco legislativo

importante, mas sua efetivação demanda a criação de materiais e metodologias que transponham o mero cumprimento formal.

A proposta de plano de aula aqui detalhada, ao utilizar a clássica obra "Candomblés da Bahia" de Edison Carneiro e a figura icônica de Mãe Aninha, demonstra o potencial de uma abordagem educativa transformadora. Ao apresentar o Candomblé não apenas como religião, mas como um espaço de resistência e de protagonismo feminino, especialmente evidenciado pela inteligência e liderança de Mãe Aninha, o plano capacita os estudantes a desconstruir estereótipos e a compreender a profundidade da contribuição afro-brasileira. Acreditamos que, ao investir em iniciativas pedagógicas como esta, que valorizam o conhecimento produzido por autores brasileiros e promovem o respeito à diversidade, as escolas podem ser verdadeiros catalisadores na formação de uma sociedade mais justa, equitativa e livre de racismo religioso.

FONTES

Carneiro, Edison. Candomblés da Bahia. 9º ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

REFERÊNCIAS

Brasil, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). In: Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 11-37.

Brasil. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 25 de Jun. de 2025.

Brasil, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso: 25 de Jun. de 2025.

Claro, Silene Ferreira. Narrativas e Saberes do Candomblé na Construção da Consciência Histórica: a experiência decolonial da Escola Municipal Eugenia Anna Dos Santos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31º, 2021, Rio de Janeiro. Anais do 31º Simpósio Nacional de História: história, verdade e tecnologia. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. p. 1-17. Disponível em: <https://www.snh2021.anpuh.org/site/anais>.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 43, p. 26-44, nov. 1995.

Haag, Carlos. “Os indesejáveis: Política imigratória do Estado Novo escondia projeto de branqueamento.” FAPESP, Revista, ed. 201, 2012. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-indesejaveis/>.

Bianchi, Ana. Plantando Axé: Uma proposta pedagógica. São Paulo: Cortez, 2000. cap. parte 1, p. 49-78. ISBN 85-249-0747-9.

Felinto, Renata. Culturas Africanas e Afro-brasileiras em Sala de Aula: Saberes para os professores fazeres para os alunos. Belo Horizonte: Fino Traço Editora 2012.

Lima, Vivaldo da Costa. (2004). O candomblé da Bahia na década de 1930 . Estudos Avançados, 18(52), 201-221.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana> Acesso em 25/06/2025.

Morais, Mariana Ramos de. Raça, cultura e religião: os Congressos Afro-Brasileiros e a antropologia feita no Brasil nos anos 1930. **Bérose**: Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie, Paris, 2020. Disponível em: <https://www.berose.fr/article2169.html>.

Rossi, Gustavo, 2020. “Uma ‘vocação perdida’? Vida e obra de Edison Carneiro, expoente dos estudos afro-brasileiros”, in Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie, Paris.

Rossi, Luiz Gustavo. “O intelectual “Feiticeiro” Edison Carneiro e o campo de estudos das rela es raciais no Brasil.” Universidade Estadual de Campinas, SP, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/O%20intelectual%20E2%80%9Cfeiticeiro%20Edison%20Carneiro.pdf>.

Oliva, Anderson Ribeiro e **Concei o**, Maria Telvira da. A constru o de epistemologias insubmissas e os caminhos possíveis para uma educa o antirracista e anticolonial: reflexões sobre os 20 anos da Lei 10.639/2003. Revista História Hoje. São Paulo, v. 12, n  25, 2023.

Par s, Luis Nicolau. A forma o do Candomblé: história e ritual da na o Jeje na Bahia. - 3  ed. rev. e amplianda - Campinas, SP. Editora Unicamp, 2018.

Santos, Maristela Tomás dos. Iy  Obá Biyi (mãe Aninha): centelha inspiradora ao efetivo direito   liberdade religiosa. **Revista da Ejuse**, [s. l.], n. 20, doutrina 281-309, 2014.

Silva, Paulo Santos. Âncoras da Tradi o: luta política, intelectuais e constru o do discurso histórico da Bahia (1930-1940). Salvador: Edufba, 2000.

Silveira, Maria Luiza; **Oliveira Jr**, Waldemar. 20 anos da Lei 10.639/2003: diálogos e desafios na educação brasileira. - Tutóia, MA : Editora Lupa, 2024.

Soares, Angelo Barroso Costa. **Academia dos Rebeldes**: modernismo à moda baiana. Orientador: Cid Seixas. 2006. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2006. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/11>. Acesso em 11/07/2025.